



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 09 • 16 a 22/04/2006 • ISSN 1809-6182

Análises

19/04/2006 - Mantega substitui Palocci como Ministro da Fazendap.01

Guido Mantega assume o Ministério da Fazenda depois da saída de Antônio Palocci, acusado de corrupção. Mantega, que vinha criticando a política econômica, após assumir o novo cargo tem sinalizado que não alterará os pilares econômicos que foram utilizados por Palocci.

20/04/2006 - O processo de abertura comercial da China: impactos e perspectivas.....p.04

Processo iniciado na década de 70, o plano gradativo de abertura comercial e econômica da China entra em nova etapa com o anúncio de novas medidas políticas e econômicas por parte do governo chinês. Adoção de nova política cambial, fortalecimento de sua indústria de base e tecnologia e redução do crescimento econômico, além de novos acordos bilaterais para o setor energético, estão entre as prioridades atuais dessa política.

Resenhas

17/04/2006 - China e Austrália firmam acordo de cooperação e transferência nuclearp.08

Os Ministros de Relações Exteriores da China e da Austrália assinaram, no dia 03 de abril de 2006 em Camberra, capital australiana, acordos de transferência e cooperação nuclear. Dentre outros pontos, os acordos prevêm a compra por parte da China de urânio australiano que será utilizado como combustível para suas usinas de energia nuclear.

18/04/2006 - Resultados da 47ª Reunião Anual do BIDp.11

A 47ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Belo Horizonte, consolidou determinadas expectativas e avançou em algumas áreas de discussão acerca do crescimento das economias latino-americanas. Agora, cabe à cúpula do Banco a definição de diretrizes para aplicação das decisões tomadas durante o encontro.

18/04/2006 - A prisão e o julgamento de Charles Taylor: expectativas e ressalvas p.13

A prisão e o julgamento do ex-ditador Charles Taylor traz à tona uma série de questões relativas à possibilidade de estabilização política da Libéria e do Oeste da África.

Mantega substitui Palocci como Ministro da Fazenda

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Tiago Cerqueira Lazier
19 de abril de 2006

Guido Mantega assume o Ministério da Fazenda depois da saída de Antônio Palocci, acusado de corrupção. Mantega, que vinha criticando a política econômica, após assumir o novo cargo tem sinalizado que não alterará os pilares econômicos que foram utilizados por Palocci.

Desgastado por denúncias de corrupção não comprovadas, quando ainda era prefeito da cidade de Ribeirão Preto, Antônio Palocci deixou o cargo de Ministro da Fazenda após a descoberta da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, que havia acusado Palocci de estar presente em uma casa alugada em Brasília, a qual era utilizada pelos seus ex-assessores para esquemas de corrupção e festas com garotas de programa.

Guido Mantega, até então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assumiu em seu lugar. Em um momento de ascensão da taxa de juros estadunidense, a escolha do novo ministro tem gerado especulações com relação ao futuro da política econômica nos próximos meses. Mantega era conhecido por se opor às políticas “conservadoras” desenvolvidas por Henrique Meirelles, presidente do Banco Central (BC), e por Palocci.

Desde 2003, quando assumiu o cargo de Ministro da Fazenda, Palocci tem estado em sintonia com Meirelles, desenvolvendo uma política monetária e fiscal ortodoxa e dando suporte à estabilidade dos preços buscada pelo BC.

Os pilares da política econômica de Palocci, podem, assim, ser identificados como: (a) estabilidade dos preços (através de metas de inflação rígidas); (b) superávit primário; (c) câmbio totalmente flexível.

Apesar de, do ponto de vista ortodoxo, estas políticas serem coerentes, tendo em vista a conjuntura econômica brasileira – caracterizada principalmente pela pressão inflacionária e o alto endividamento público – elas acabam se tornando incompatíveis em relação aos objetivos específicos supracitados.

O estabelecimento de rígidas metas de inflação implica em uma manutenção de altas taxas de juros por parte do BC. Segundo a racionalidade econômica, juros altos incentivam os agentes a pouparem, reduzindo os investimentos e o consumo, conseqüentemente evitando o aumento da inflação.

Por outro lado, Palocci vinha buscando superávits primários acima dos 3% para que o alto grau de endividamento público não se tornasse insustentável. Em função disso, desenvolvia uma política fiscal restritiva de aumento da receita e redução dos gastos. No entanto, a manutenção dos juros altos cria um paradoxo, já que o

superávit primário, em grande medida, acaba sendo utilizado para pagar os juros da dívida pública, inviabilizando, até certo ponto, o processo de contenção desta dívida que fica mais cara devido aos juros altos.

Em um cenário interno de superávit na balança comercial e juros altos – que atraem capital externo para economia e desincentivam os agentes domésticos a consumirem – combinado a um cenário internacional de alta liquidez do dólar, em um mercado de câmbio totalmente flexível, há claramente uma tendência de apreciação do real frente a moeda estadunidense. Conseqüentemente, para preocupação dos exportadores, haverá uma queda de competitividade da pauta de exportação brasileira, em função do aumento dos preços de suas mercadorias no mercado externo, refletida em função da apreciação do real frente ao dólar.

A redução do volume de exportações brasileiras e aumento das importações, tendo em vista a apreciação do real, irá reduzir a demanda por produtos domésticos, afetando a taxa de crescimento da economia, que já sofre com a política monetária e fiscal restritiva. A diminuição do superávit comercial poderia significar também, uma desestabilização na balança de pagamentos, pressionando a taxa de juros, que se fosse alterada, aumentaria a dívida brasileira, bem como a necessidade do superávit primário.

O modelo econômico que vinha sendo adotado por Palocci possui, assim, várias limitações: (a) incongruência entre altas taxas de juros e o combate ao alto endividamento público; (b) em um cenário de superávit comercial – no qual a entrada de divisas na economia doméstica leva a uma alta liquidez do dólar –, atrelada à não intervenção do governo no mercado de câmbio – que se torna então totalmente flexível –, implicaria em uma apreciação do real frente ao dólar. Como conseqüência, há uma queda nas

exportações e aumento das importações, que poderia conduzir a uma inversão desse superávit na balança comercial, uma vez que os preços dos importados caem, incentivando o consumo desses bens. Tal fato possuiria, portanto, um potencial desestabilizador da balança de pagamentos, pressionando um aumento da taxa de juros, o que poderia dificultar ainda mais o combate ao endividamento público; (c) juros altos, superávit primário, queda nas exportações e aumento das importações, todos contribuem para redução da atividade econômica, limitando o crescimento brasileiro.

Apesar de todas essas dificuldades, o novo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, vem sinalizando que irá manter a mesma política adotada por Palocci. Acredita que no longo prazo a apreciação da taxa de câmbio será corrigida com aumento das importações e queda nas taxas de juros. Isso ocorre porque o crescimento das importações implica em uma maior demanda por dólares; a queda nos juros torna os títulos públicos menos atrativos, diminuindo o volume de investimentos em capital de curto prazo e assim reduzindo a entrada de dólares; conseqüentemente haveria uma contenção da apreciação do real no mercado cambial.

Mesmo com o cenário adverso para o crescimento, espera-se que o PIB brasileiro cresça acima da casa dos 4% neste ano.

A suavização do discurso de Mantega, após assumir o novo cargo, tem sido bem aceita pelo mercado financeiro. Em um primeiro momento, os indicadores econômicos apresentaram sinais de instabilidade – o dólar e o risco Brasil subiram e a bolsa de valores caiu –, no entanto, dois dias após a posse, a situação no mercado financeiro já havia retornado à normalidade. O ministro, inclusive, concordou com uma redução da taxa de juros no longo prazo abaixo do que havia proposto. Meirelles vem também afirmando que o trabalho do BC e da Fazenda continuará sendo realizado com

entrosamento.

Segundo Mantega, o crescente aumento das taxas de juros estadunidenses não deve ser temido, já que o superávit comercial é elevado e os juros dos títulos brasileiros de longo prazo estão em queda. De fato, o aumento de 0,25% dos juros nos Estados Unidos em fins de março, apesar de reduzir a liquidez internacional, não representa uma ameaça à economia brasileira. Primeiro, porque a apreciação do real nos últimos meses tem sido questionada por muitos setores da economia, que gostariam de vê-lo mais fraco, ou, no mínimo, estabilizado. Segundo, porque o BC estadunidense vem sinalizando que a política de aumento dos juros pode estar chegando ao fim. Analistas acreditam que os juros não passarão da casa dos 5% nos Estados Unidos.

Tudo indica que Mantega não realizará nenhuma mudança brusca na política econômica brasileira, mesmo porque em um momento de sucessão presidencial, a estabilidade econômica será fundamental na tentativa de reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O que não impede um afrouxamento da política fiscal e mesmo uma maior tolerância inflacionária, possibilitando o governo Lula realizar políticas mais “populistas” nos meses que se aproximam da eleição.

A superação das limitações da atual política economia que o Brasil tem adotado, tendo em vista as dificuldades de nossa economia, exigiria mudanças bruscas. O momento não é adequado para empreendimentos mais arriscados, e também por isso Mantega deverá prezar pelos mesmos pilares defendidos por Palocci. Muito embora, na medida do possível, pequenas suavizações, que não comprometam a estabilidade macroeconômica, podem ser esperadas.

Referência

Sites:

Banco Central do Brasil

<http://www.bc.gov.br>

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

O processo de abertura comercial da China: impactos e perspectivas

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Carolina Dantas Nogueira
20 de abril de 2006

Processo iniciado na década de 70, o plano gradativo de abertura comercial e econômica da China entra em nova etapa com o anúncio de novas medidas políticas e econômicas por parte do governo chinês. Adoção de nova política cambial, fortalecimento de sua indústria de base e tecnologia e redução do crescimento econômico, além de novos acordos bilaterais para o setor energético, estão entre as prioridades atuais dessa política.

Como parte do plano de abertura comercial e transformação econômica da China, o governo daquele país anunciou novo pacote de medidas políticas e econômicas no início de abril de 2006. O governo declarou, também, que deseja diminuir a dependência do país para com manufaturas de baixo custo e investir na indústria de base e de tecnologia.

O novo pacote inclui a mudança da política cambial para o yuan, moeda chinesa, a redução gradual dos atuais índices de crescimento econômico do país, acordos bilaterais no setor energético e manutenção das barreiras alfandegárias de diversos produtos, principalmente do setor automobilístico.

Esse processo de abertura comercial e econômica da China segue um plano de longo prazo definido pelo Partido Comunista chinês. Desde a década de 70 o país passa por reformas voltadas para o mercado. Com isso, teve-se um grande crescimento econômico, principalmente nas últimas décadas. As exportações aumentaram, conseguiu-se maior participação no mercado mundial, e a atração de investimentos externos diretos. O país tornou-se uma economia de

mercado, industrializada e detentora de importante papel na economia e política mundial [ver [Economia e Comércio da China](#)].

Até 2005, o yuan manteve-se atrelado ao dólar e com seu câmbio fixo. Isto garantia maior segurança para as transações financeiras que envolvessem a China na medida em que projeções futuras de retorno financeiro eram mais facilmente traçadas. Todavia, e embora previsto deste a metade de 2005, a adoção deste novo pacote de medidas do governo chinês não foi bem recebido pelos países desenvolvidos.

Com relação ao yuan, a manutenção forçada, através do câmbio fixo de uma moeda desvalorizada, ajudava na competitividade dos produtos chineses no mercado internacional. Com a nova política monetária anunciada, o regime cambial adotado passa a ser o de bandas cambiais. Dessa forma, a cotação do yuan passa a obedecer a lógica do mercado e o banco central chinês passa a usar uma cesta de moedas correntes, além de fatores conjunturais, para calcular o valor do yuan. Assim, espera-se haver uma valorização do yuan com relação ao dólar, aumentando o preço dos produtos

chineses no mercado internacional. Como principal consequência da possível valorização do yuan, pode ocorrer a diminuição da competitividade dos produtos chineses no mercado internacional.

Um outro aspecto é o possível aumento de investimentos estrangeiros diretos na China, a partir do momento que este novo regime cambial se mostrar estável. Devido ao baixo custo da mão de obra chinesa e dos subsídios do governo chinês, é possível que a direção do fluxo financeiro internacional se desloque a favor da China, modificando a atual conjuntura das negociações e investimentos. [ver [China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico](#)].

Ainda como consequência dessa política cambial, a possível diminuição da competitividade dos produtos chineses acarretaria em queda do volume de suas exportações. Assim, a receita advinda deste setor diminuiria e com isso, os atuais índices de crescimento do país.

Para a China, esta consequência favorece a sua decisão econômica de diminuir o índice atual de crescimento econômico do país. Atualmente o índice de crescimento desse país está na casa dos 9% ao ano. O governo chinês quer baixar este índice para 5% ao ano, alegando ser melhor crescer com taxas mais baixas mas de forma constante do que crescer exageradamente um período e sofrer possíveis consequências econômicas como inflação ou recessão no futuro.

Todavia, para as economias financiadas pela compra e venda de títulos da dívida pública, como é o caso da economia dos Estados Unidos, isto pode significar dificuldades de receita futura. Uma vez que a China é o maior país detentor de letras do Tesouro dos EUA, tendo em 2005 cerca de US\$243 bilhões de títulos estadunidenses de um total de US\$ 371 bilhões, é possível que essa relação se altere com as possíveis alterações de receitas chinesas. Em se alterando a

estrutura atual de receitas e despesas chinesas, é possível que a China priorize os gastos assumidos no setor doméstico em detrimento de investimentos no setor externo.

Já com relação aos subsídios e barreiras alfandegárias, os Estados Unidos e a União declararam esta semana que podem pedir a arbitragem da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Comissão Européia pede agilidade no processo de liberalização das barreiras alfandegárias, acordado em 1998 quando da negociação da entrada da China na OMC¹.

O Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutierrez, em declaração à imprensa internacional, reclamou da falta de transparência da China com relação aos acordos firmados na OMC e da desvantagem das empresas estrangeiras ao competirem com os competidores locais na China. Isso em função dos os subsídios do governo chinês destinado aos bancos estatais do país, indiretamente ampliando a capacidade dessas empresas no mercado. Tanto os Estados Unidos quanto a União Européia perdem grande parte de seu mercado de autopeças para a concorrência chinesa devido às atuais barreiras e aos subsídios do governo chinês.

Todavia, se a valorização do yuan pode diminuir o volume das exportações chinesas de bens manufaturados de baixo custo, contribuindo para a queda das receitas do país; a indústria de autopeças pode garantir a receita necessária à China para financiar seu setor energético enquanto os diversos acordos bilaterais nesse setor entrem em vigor.

Devido à rápida expansão da economia chinesa, ocorreu um aumento da demanda energética primária. Petróleo, gás natural e energia nuclear são focos de negociações bilaterais da China com

¹ A China tornou-se membro da OMC em 2001, após 3 anos de negociação.

Rússia, países africanos como Angola e Sudão, Ásia central com Turcomenistão e Azerbaijão, Austrália, além dos atuais parceiros como o Irã, Iraque e Arábia Saudita. Contudo, o crescimento acelerado da demanda energética causa um problema à oferta mundial de energia que não cresce na mesma proporção e a pressão da demanda provoca um aumento no preço da energia [ver [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)].

Dessa forma, e até mesmo como forma de garantir seu próprio suprimento energético futuro, o governo chinês tem incentivado as empresas de capital chinês a adquirirem companhias estrangeiras ou parte delas, em áreas como extração de petróleo e tecnologia. Assim, empresas russas, angolanas, australianas e outras estão em atuais negociações com as estatais chinesas de extração, distribuição e transporte de recursos energéticos. Percebe-se essa diversificação de parceiros e fontes de recursos energéticos por parte da China não somente como forma de garantir o suprimento energético futuro ou da cotação de preços, mas também, como tentativa de diminuir uma possível dependência para com um ou outro parceiro neste setor [ver [Nova Parceria entre China e Rússia](#)].

Em suma, em a China reduzindo seu crescimento econômico, o país teria que modificar sua estrutura atual de investimentos. A compra de títulos da dívida estadunidense poderia ser afetada uma vez que a política protecionista chinesa privilegiaria suas políticas internas. Priorizando a renda e o consumo da população, o setor produtivo chinês teria impulso e a economia interna cresceria. Concedendo subsídios à indústria de autopeças, daria preferência ao seu mercado e o auxiliaria na competição externa, suprimindo a demanda interna e mantendo sua política social intacta. Com a queda das exportações

chinesas, pode ser possível ao país alcançar a meta de queda do crescimento econômico para níveis mais baixos que os atuais, embora o crescimento tenda a continuar elevado.

É certo que o governo estadunidense dispõe ainda de prazo para organizar sua economia caso realmente ocorra alguma reviravolta maior na atual conjuntura dos fluxos financeiros até 2007 (data prevista para a total abertura do setor bancário chinês ao mercado internacional) em função da nova política cambial. Com essa modificação dos investimentos financeiros, os países em desenvolvimento podem sair ganhando através de acordos comerciais como os do setor energético chinês, todavia ainda é cedo para qualquer conclusão.

Referência

Sites:

Afrol News

<http://www.afrol.com/>

CNN.com

<http://www.cnn.com/>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com/>

Financial Times

<http://news.ft.com/>

Ria Novosti

<http://en.ria.ru/russia/>

Ver também:

17/04/2006 - [China e Austrália firmam acordo de cooperação e transferência nuclear](#)

24/03/2006 - [Nova Parceria entre China e Rússia](#)

23/03/2006 - [Japão e China retomam diálogo acerca de reservas energéticas](#)

20/10/2005 - [China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico](#)

22/09/2005 - [Aumenta a desigualdade mundial, apesar do crescimento econômico](#)

20/09/2005 - [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

05/08/2005 - [Economia e Comércio da China](#)

China e Austrália firmam acordo de cooperação e transferência nuclear

Resenha
Economia e Comércio / Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
17 de abril de 2006

Os Ministros de Relações Exteriores da China e da Austrália assinaram, no dia 03 de abril de 2006 em Camberra, capital australiana, acordos de transferência e cooperação nuclear. Dentre outros pontos, os acordos prevêem a compra por parte da China de urânio australiano que será utilizado como combustível para suas usinas de energia nuclear.

No terceiro dia da visita oficial do Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao à Austrália, no dia 03 de abril de 2006, foram firmados acordos de cooperação e transferência nuclear entre os países. Os dois acordos assinados pelo Ministro de Relações Exteriores chinês, Li Shaoxing, e por Alexander Downer, Ministro de Relações Exteriores da Austrália, têm como principal ponto a importação pela China de urânio australiano.

A Austrália possui 40% das reservas mundiais de urânio e é o segundo maior país exportador desse recurso. Além desse, o país é também o maior exportador global de carvão e minério de ferro. E, embora seja recente a assinatura do acordo de compra de urânio australiano pela China, a Austrália já é a principal responsável pela transferência de carvão e minério de ferro ao país asiático.

Os dois acordos entre China e Austrália, assinados juntamente a outros oito pactos de cooperação bilateral, permitem a venda de urânio australiano à China de acordo com restrições em sua utilização, e também prevêem a colaboração entre os países no que concerne à aplicação

pacífica de tecnologia e equipamento nuclear.

Conforme o acordo, duas grandes empresas australianas, a *BHP Billiton* e a *Rio Tinto Group*, irão exportar 20 mil toneladas métricas de urânio para a China anualmente, a partir de 2010. Segundo Ian Macfarlane, Ministro australiano da Indústria, o urânio só poderá ser transferido à China a partir desse período devido ao comprometimento de toda a produção do país nesse setor até o término de 2008.

A China, país mais populoso do mundo com cerca de 1,3 bilhão de habitantes, é o segundo maior consumidor de energia do mundo (depois dos Estados Unidos). A rápida expansão econômica e industrial chinesa tem feito com que o país busque fontes alternativas de abastecimento capazes de suprir as crescentes demandas por energia [ver [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)].

Segundo dados da Associação Nuclear Mundial e da *Reuters*, a pretensão chinesa é de que se construam no país, até 2020, mais 40 reatores nucleares, o que quadruplicaria o potencial nuclear do país. Atualmente, os combustíveis fósseis

provêm 80% da energia utilizada no país, enquanto as hidrelétricas respondem por 18% das fontes de energia e apenas 2% referem-se à energia nuclear.

Nesse contexto, o acordo assinado entre Austrália e China mostra-se de suma importância para ambos os países. Enquanto o gigante asiático garantirá novas fontes de abastecimento para o país (no caso o urânio¹) capazes de suprir a grande demanda energética no cenário de avanço econômico, a Austrália aumentará seus níveis de exportação em quase duas vezes, incentivando também seu desenvolvimento econômico e a melhora de sua balança comercial². Conforme citado na BBC Brasil no dia da assinatura do acordo, o Primeiro-Ministro australiano Alexander Howard garante que "de todas as boas relações que a Austrália tem com outros países, nenhuma tem se transformado de forma tão positiva nos últimos dez anos como a relação com a China".

Também em relação ao acordo, o governo australiano, que exporta urânio apenas a países signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) como o é a China, garante que foram estabelecidas salvaguardas seguras e condições que permitam a utilização de urânio apenas para fins pacíficos (as inspeções das instalações nucleares chinesas serão permitidas).

Apesar disso, grupos de oposição da Austrália e ambientalistas alegam que tal acordo poderá colocar em risco as restrições nucleares internacionais, permitindo que a China utilize sim o urânio para o desenvolvimento de programas de armamento nuclear.

¹ O preço do urânio tem quase quadruplicado nos últimos três anos devido a maior busca por parte dos países em desenvolver energia nuclear.

² O déficit comercial da Austrália alcançou, em fevereiro de 2006, o menor índice em quase quatro anos.

Representantes chineses afirmam que o país permanecerá como nação responsável diante dos acordos internacionais nucleares. A China, como membro da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) [ver [Glossário](#)], é também signatária do TNP.

Diante da assinatura do acordo que já vinha sendo buscado pela China há alguns meses, autoridades dos Estados Unidos (EUA) não mostraram objeção quanto aos seus objetivos. A existência de condições e salvaguardas que garantam a utilização do mineral radioativo para fins pacíficos configuram "padrões razoáveis" para a assinatura de um acordo. Ainda segundo Adam Ereli, Porta-voz do Departamento de Estado estadunidense, "não é uma questão dos EUA apoiarem ou não o acordo. Esse acordo é entre Austrália e China."

Além do acordo nuclear, empresas australianas, que até o fim de 2006 já pretendem exportar inclusive grandes quantidades de gás natural liquefeito para a China, têm recentemente se submetido a contratos de venda de urânio também com Taiwan, região considerada "província rebelde" pelas autoridades chinesas.

Apesar de Downer, Ministro de Relações Exteriores da Austrália, garantir que esses contratos com Taiwan não causarão problemas à China e nem gerarão instabilidade política na região, algumas autoridades australianas acreditam que a venda de urânio a Taiwan, através da mediação dos EUA³, poderá reduzir a capacidade da Austrália em supervisionar o uso pacífico do recurso energético. Acrescido a esse fator, a relação entre Austrália e Taiwan estimularia a tensão entre a China e a considerada "província rebelde", uma vez que poderia aumentar

³ A Austrália negociou acordos em 2002 que tornaram possível a exportação de urânio australiano para Taiwan tendo como mediador os EUA. Tais acordos porém, só se concretizaram durante o ano de 2005.

as preocupações do país asiático em relação à região devido à aquisição, por parte da mesma, de recursos energéticos capazes de serem convertidos em armamentos nucleares.

Embora não faça parte do TNP, Taiwan⁴ cumpre, segundo Downer, todas as obrigações e condições exigidas pelo tratado internacional em relação à produção nuclear.

Autoridades chinesas, que não se pronunciaram diretamente sobre o assunto Taiwan, demonstraram a satisfação de firmarem parceria com a Austrália, confirmando que têm, inclusive, a intenção de estabelecerem contratos de livre comércio com o país. Wen Jiabao, premier chinês, divulgou, no dia 03 de abril, que seu país já vem negociando novos acordos com representantes australianos, os quais poderão se concretizar no período de dois anos.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

BBC News

<http://www.bbc.co.uk>

China National News

<http://www.chinanationalnews.com>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

World News

<http://www.wn.com>

Ver também:

24/03/2006 - [Nova parceria entre China e Rússia](#)

20/10/2005 - [China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico](#)

20/09/2005 - [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

⁴ Taiwan não faz parte do TNP pois não tem status de Estado, sendo considerada província chinesa pela ONU.

Resultados da 47ª Reunião Anual do BID

Resenha
Economia e Comércio / Integração Regional

Júlia Drumond Caiado
18 de abril de 2006

A 47ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Belo Horizonte, consolidou determinadas expectativas e avançou em algumas áreas de discussão acerca do crescimento das economias latino-americanas. Agora, cabe à cúpula do Banco a definição de diretrizes para aplicação das decisões tomadas durante o encontro.

As discussões e negociações da 47ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tiveram como foco principal as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pelas economias da América Latina e do Caribe. Constatou-se que os problemas mais graves a serem confrontados dizem respeito à pobreza e à falta de apoio a empresas que geram renda e empregos nesses países. Com base nisso, foram tomadas decisões que visam, principalmente, a recuperação da capacidade de investimento dessas economias, assim como a diminuição da desigualdade atualmente tão evidente entre elas.

Os tópicos que tiveram mais destaque na agenda do encontro foram a ampliação da participação da iniciativa privada, a possibilidade de se fazer empréstimos em moeda local, o perdão da dívida dos cinco países mais pobres da América latina e do Caribe, além de mudanças na estrutura do próprio banco.

O apoio do Banco ao setor privado se dará através do aumento do limite de financiamento às empresas, que passa a ser realizado sem risco soberano, ou seja, o banco emprestará às empresas numa escala muito maior e de tal forma que

esses financiamentos serão feitos sem que estejam associados ao risco dos tesouros nacionais dos países da América Latina. Além disso, definiu-se a liberação de linhas de crédito a empresas privadas para o desenvolvimento de projetos econômicos e de infra-estrutura. É nesse contexto que a promoção de parcerias público-privadas ganha destaque. Através da restauração e expansão das obras de infra-estrutura, pretende-se tornar a região mais competitiva no mercado global, ajudando-a a alcançar a efetiva integração e desenvolvimento desejados.

Foi desenvolvido também, ainda durante as reuniões, um novo projeto de empréstimos em moeda local a médios e grandes municípios. O PROCIDADES, como ficou conhecido, destina-se ao financiamento de ações de infra-estrutura básica e social, incluindo desenvolvimento urbano integrado. O fato de o empréstimo ser concedido em moeda local elimina os riscos da conversibilidade da moeda local ao dólar, antes arcados pelas prefeituras. Além disso, esse projeto destaca a preocupação com os problemas sociais, considerados também como prioridade pelo Banco. O fato de trabalhar próximo aos governos estaduais e municipais permite ao Banco melhorar sua capacidade de resposta, numa tentativa de solucionar a necessidade de equidade e

inclusão social, tão demandados pelas economias latino-americanas atualmente.

Um outro tópico bastante discutido durante o encontro foi o perdão da dívida dos cinco países mais pobres da América Latina e do Caribe, sendo estes: Haiti, Bolívia, Honduras, Guiana e Nicarágua. No entanto, as discussões ainda não levaram à formalização de um acordo sobre tal assunto, sendo que a decisão final sobre o alívio do débito, que soma um valor total de US\$ 3,5 bilhões, só deve ser anunciada em 2007, na próxima reunião do Banco a ser realizada na Guatemala.

Um avanço quanto à forma de operação dos financiamentos do Banco foi alcançado durante as reuniões. O presidente do Banco, Luis Alberto Moreno, garantiu que tomará medidas para descentralizar o BID e aumentar sua capacidade de resposta às necessidades dos países membros mutuários. Tornar o Banco mais ágil e flexível garantirá aos países membros uma maior capacidade de investimentos e, conseqüentemente, uma maior competitividade no mercado internacional.

Segundo alguns analistas, a partir dos resultados obtidos após oito dias de discussões e negociações em Belo Horizonte, pode-se dizer que a preocupação principal dos agentes do Banco é o crescimento imediato das economias latino-americanas, através da geração de empregos e diminuição do hiato existente entre países pobres e ricos. Para que isso aconteça, o Banco tem apostado na atuação do setor privado em conjunto com os órgãos públicos, de forma a elaborar projetos que desenvolvam o capital humano e social nos países em questão.

Referência

Sites:

BID CII 2006

<http://www.bid-2006.com.br/>

IDB

<http://www.idb.org/>

Ver também:

16/03/2006 - [Encontro do BID ocorrerá em Belo Horizonte](#)

A prisão e o julgamento de Charles Taylor: expectativas e ressalvas

Resenha
Segurança

Igor Andrade Vidal Barbosa
18 de abril de 2006

A prisão e o julgamento do ex-ditador Charles Taylor traz à tona uma série de questões relativas à possibilidade de estabilização política da Libéria e do Oeste da África.

A prisão do ex-presidente liberiano, Charles Taylor, no dia 29 de março de 2006, enquanto este tentava escapar da Nigéria – local de asilo político de Taylor desde 2003 – apresenta-se como fato internacionalmente relevante, pois tem efeitos diretos sobre a estabilidade política da Libéria e sobre o crescente movimento internacional que intenta fazer com que ex-líderes políticos sejam responsabilizados por seus atos passados.

País marcado pela tensão entre sua população indígena e a elite descendente de escravos libertos dos Estados Unidos e do Caribe, a Libéria mergulhou em uma guerra civil quando Taylor, liderando a *National Patriotic Front of Liberia* (NPFL) buscou, a partir de 1989, assumir o poder naquele país. Em 1990, o então presidente, Samuel Doe, responsável pelo fim da dominação política da minoria américo-liberiana, foi capturado e executado, e a capital daquele país, Monróvia, tomada pela NPFL. Uma divisão interna dentro deste grupo promoveu a continuação da guerra civil por mais cinco anos e, em 1995, um acordo de paz estabelecendo um governo transitório foi assinado entre os grupos dissidentes¹. Em 1997, Taylor foi

eleito presidente em uma eleição considerada regular pelos observadores internacionais. Ainda que a situação interna liberiana tenha se acalmado nos dois anos seguintes, a articulação militar e política dos opositores de Taylor – principalmente dos grupos *Liberians United for Reconciliation and Democracy* (LURD), e do *Movement for Democracy in Liberia* (MODEL) – continuou e, em 1999, eles se rebelaram e, em 2003, ocuparam Monróvia e pediram a saída de Taylor.

Neste mesmo ano, um tribunal especial de crimes de guerra, localizado em Serra Leoa e apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU), acusou Taylor de ter cometido crimes contra a humanidade durante sua participação no conflito que tomou conta do Oeste da África nos anos 90. O ex-presidente liberiano foi acusado, principalmente, de ter apoiado Foday Sankoh, líder da *Revolutionary United Front* (RUF), enquanto este grupo buscava retirar do poder o então presidente de Serra Leoa, Joseph Momoh – Foday considerava que Momoh era excessivamente pró-ocidental. O apoio de Taylor teria ocorrido através da disponibilização de tropas e da venda de armas em troca de diamantes e seria resultado da relação criada entre Taylor e

¹ As hostilidades militares só cessaram por completo em 1996 quando um acordo mediado pela Comunidade Econômica dos Estados da

África Ocidental (ECOWAS) foi assinado entre os grupos dissidentes.

Sankoh, ambos contrários a regimes pró-ocidentais, quando estes se conheceram na Libéria nos anos 80.

A difícil situação enfrentada por Taylor no ano de 2003 levou este a renunciar à presidência e a assinar com o governo nigeriano um acordo que garantiria seu asilo político e buscaria normalizar o cenário interno liberiano através da criação de um governo transitório e do envio, pela ECOWAS, de uma tropa de paz liderada pela Nigéria.²

A tentativa de escapar de seu asilo político ocorreu no dia 27 de março de 2006, dois dias após o governo nigeriano ter aceitado o pedido da Libéria para que Taylor fosse devolvido para seu país. Após dois dias e a mais de mil quilômetros de sua casa, na fronteira com Camarões, Taylor foi detido e levado para a Libéria. De lá, tropas da ONU localizadas no país levaram Taylor para Freetown, capital de Serra Leoa. No dia 3 de abril, o acusado apareceu pela primeira vez diante do tribunal.

Para uma parte da imprensa internacional e liberiana, a prisão de Taylor terá um grande efeito regional e internacional. Primeiramente, haveria a possibilidade de se obter, finalmente, uma paz duradoura na Libéria e no Oeste da África devido ao fato de que Taylor, preso, não poderá mais atuar diretamente na política liberiana. A participação do ex-presidente na Libéria gerou, devido à guerra civil, mais de 250 mil mortos, milhares de refugiados, inundou o país com armas e seriamente prejudicou a economia e infraestrutura deste. O papel de Taylor no conflito em Serra Leoa contribuiu com as 50 mil mortes e milhares de estupros e mutilações que ocorreram naquele país.

Adicionalmente, o pedido feito pela

recém-eleita presidente da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf, para que o governo nigeriano entregasse Taylor às autoridades liberianas serviria como forte gesto político. Sirleaf, que sofre grande oposição dos grupos políticos contrários à Taylor, estaria demonstrando que, apesar de ter defendido as ações do ex-líder da NPFL no final dos anos 80, não irá privilegiar o grupo político que ainda apóia o ex-presidente.

Em segundo lugar, o julgamento de um líder político por este ter cometido crimes contra a humanidade coloca-se como fato inédito na África. Este acontecimento, como colocado pelo jornal *Kenya's People Daily*, seria um passo "... instrumental na atual campanha para acabar com a cultura de impunidade no continente..." e claramente daria força ao movimento internacional que tem como objetivo trazer à justiça ex-líderes políticos como Saddam Hussein, Augusto Pinochet, Slobodan Milosevic, e Hissene Habre, e também visa à criação de tribunais especiais de guerra, como os de Ruanda e de Serra Leoa, e, em última instância, do Tribunal Penal Internacional.

Os recentes eventos, contudo, não devem ser vistos com tamanho otimismo. Deve-se lembrar, em primeiro lugar, que Taylor não foi o único responsável pelos eventos que ocorreram em Serra Leoa. O *UN Panel of Experts Report on Diamonds and Arms in Sierra Leone*, documento produzido em 2000 por um grupo de especialistas convocados pelo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, reconhece a participação de outros países como Burkina Faso, Níger e Costa do Marfim no tráfico de armas destinado à Serra Leoa. Deste modo, qualquer possibilidade de estabilização política da região necessita de mudanças que não sejam limitadas a apenas um país.

Em segundo lugar, ainda que a prisão de Taylor seja um passo importante para o futuro julgamento de ex-líderes políticos, aquela ainda se coloca como um fato

² A tropa de paz da ECOWAS chegou na Libéria em agosto de 2003 e foi substituída um mês depois pela *United Nations Mission in Liberia* (UNMIL).

isolado na política africana. Ditadores como Issayas Afewerki da Eritreia, Gnassingbe Eyadema de Togo, Robert Mugabe do Zimbábue, Omar Al Bashir do Sudão e vários outros estão no poder e alguns como Haile Mariam Mengistu da Etiópia, Said Mohamed Barre da Somália, Joseph Mobutu do Congo e Idi Amin da Uganda vivem ou viveram impunemente no exterior após suas ditaduras.

Além disso, ao analisar a reação da imprensa de vários países africanos à prisão de Taylor, fica evidente o apoio à idéia, já apresentada por Jack Snyder e Robert Jervis, dois autores de Relações Internacionais, que "... para garantir a paz talvez seja necessário manter um acordo injusto". Para o jornal *New Vision* da Uganda, "... teria sido melhor para Taylor ficar em seu exílio solitário, envelhecendo até finalmente morrer enquanto estaria sendo vigiado e neutralizado, e não lhe ser dada a chance de desestabilizar a agora pacífica Libéria"; para o *Kofi Akordor* de Gana, " Charles Taylor ainda tem muito apoio entre os homens endurecidos pela guerra (...) É por isso que este homem não deve ser perturbado"; e, por último, para o *Le Pays* de Burkina Faso, " deveriam os poucos ganhos democráticos obtidos pela Libéria serem colocados em risco devido à sede por justiça?" Fica evidente nestas declarações a idéia de que o julgamento de ex-líderes políticos não seja, pelo menos no cenário africano, algo benéfico.

Em conclusão, a prisão de Charles Taylor traz para a Libéria um quadro político futuro mais promissor, fortalece o movimento internacional que busca responsabilizar ex-líderes políticos por seus atos passados, mas não é por si só suficiente para estabilizar de modo duradouro o Oeste da África e para incentivar o julgamento de outros ex-líderes políticos africanos.

Referência

SNYDER, Jack; JERVIS, Robert. Civil War and the Security Dilemma. In: Civil Wars, Insecurity, and Intervention. Nova Iorque: Columbia University Press, 1999. p.15-37.

REPORT OF THE PANEL OF EXPERTS IN RELATION TO SIERRA LEONE. Acessado em: 17 de abril de 2006. Disponível em <http://www.sierra-leone.org/panelreport.html>

Sites:

BBC NEWS UK

<http://news.bbc.co.uk/>

CNN. Com International

<http://edition.cnn.com/>

Special Court for Sierra Leone

<http://www.sc-sl.org/>

The Perspective

<http://www.theperspective.org/>

PBS- Online NewsHour

<http://www.pbs.org/newshour/>

UN Mission in DR Congo

<http://www.monuc.org/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Dantas Nogueira; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

